



MERCADO VÊ EVENTUAL INDICAÇÃO DE MELLO PARA BC COMO RISCO DE INTERFERÊNCIA POLÍTICA DO PT

Em meio às pressões em torno do escândalo do banco Master, o surgimento do nome do economista Guilherme Mello para uma vaga na diretoria do Banco Central está sendo recebido com desconfiança pelo mercado financeiro.

Uma eventual indicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de Mello é o assunto mais comentado na manhã desta segunda-feira (2) nas conhecidas "morning calls" (reunião matinal) da Faria Lima, realizadas pelas principais instituições financeiras.

A leitura é de que Lula, com a indicação, passaria um sinal de interferência política do PT num dos momentos mais difíceis para o BC com a crise do

Master e início do processo de queda da taxa Selic. A queda dos juros é esperada para a reunião de março do Copom, após um ciclo de aperto monetário que levou os juros para o patamar de 15% ao ano.

O nome de Mello tem apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de acordo com relatos obtidos pela Folha. Haddad quer deixar o cargo com os dois nomes já indicados pelo presidente e encaminhados ao Senado Federal para o processo de sabatina e posterior aprovação.

O economista é o atual secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e foi assessor econômico do PT na campanha presidencial de Haddad em 2018. Foi também um

dos formuladores do plano econômico da campanha vitoriosa de Lula em 2022, como coordenador do grupo de economistas do PT. Ele é visto com um economista de bom trato e diálogo, mas com viés heterodoxo. Foi um dos críticos à alta dos juros para 15% e à demora do BC para começar a cair em 2025.

Uma das cadeiras abertas no colegiado do BC é a da diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, a área que foi responsável por analisar a compra do Master pelo BRB. Foi essa diretoria que propôs a rejeição da operação, depois aprovada por unanimidade pelo colegiado de diretores da autarquia.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Mercado reduz previsão da inflação para 3,99% este ano

Lula pede ao Congresso prioridade para acordo Mercosul-UE e fim da escala 6x1

Motta defende emendas e Alcolumbre diz que conquistas não são apenas do governo

Regra do Pix para 'rastrear' dinheiro que foi desviado em golpe entrou em vigor nesta segunda (2)



China nega pedido do Brasil de redistribuição de cotas remanescentes de carne bovina



NO MUNDO

Palestinos recebem reabertura de Rafah com sentimentos mistos após mais de 2 anos de guerra

Palestinos na Faixa de Gaza recebem a reabertura da passagem de Rafah, a única via de entrada e saída do território sem ser por Israel, com sentimentos mistos de esperança e indignação, nesta segunda-feira (2).

O posto de controle foi reaberto para entrada e saída apenas para palestinos a pé. Todos ainda precisam passar por controle e autorização de israelenses e egípcios.

Segundo a agência Reuters, citando duas fontes do território, a princípio a permissão será para apenas 50 palestinos entrando e 50 saindo de Gaza por dia. Já de acordo com a AFP, citando autoridades egípcias, serão 150 autorizados a sair e 50 a entrar diariamente.

"Esperávamos que a

passagem de Rafah seria aberta e facilitada para pacientes necessitando de tratamento no Egito. Um paciente vai ao Egito receber tratamento, não passar por revistas e escutar 'você volta', 'você fica', 'você não pode'. Isso é totalmente inaceitável", afirmou Salim Ayad à Reuters.

Cerca de 20 mil pacientes palestinos esperam tratamento médico urgente que não conseguem obter na Faixa de Gaza, segundo médicos do território.

Estima-se que cerca de 100 mil palestinos deixaram Gaza nas primeiras semanas da guerra. Muitos deles buscam voltar para reencontrarem os familiares que ficaram, mas isso significa encontrar também suas casas e bens destruídos no território, arrasado pela guerra e os

bombardeios israelenses.

"A abertura de Rafah também é boa notícia para nós porque não há tratamento para crianças aqui, nada está disponível no hospital. Não há equipamentos, medicamentos, nada", afirmou Iman Hamdouna, mãe de uma criança de 2 anos, à Reuters.

Ao mesmo tempo que reabriu Rafah, no entanto, Israel anunciou que a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) deverá interromper suas atividades em Gaza por ter se recusado a fornecer uma lista de seus funcionários palestinos algo "aplicável a todas as instituições humanitárias que operam na região", segundo o Ministério da Diáspora israelense, responsável pelo registro das ONGs.

Folhapress

Laura Fernández é eleita presidente da Costa Rica

A cientista e ex-chefe de gabinete de Rodrigo Chaves, Laura Fernández, foi eleita neste domingo (1º) presidente da Costa Rica, com 48,7% dos votos. Integrante do PPSO (Partido Soberano do Povo), ela venceu com a promessa de dar continuidade ao governo em um país marcado pelo aumento da criminalidade, tema central da campanha.

Ao todo, 20 candidatos disputaram a Presidência, e nenhum superava 10% das intenções de voto nas pesquisas presidenciais, segundo o Ciep (Centro de Investigação e Estudos Políticos da Universidade de Costa Rica).

O candidato mais próximo de Fernández foi Álvaro Ramos, do PLN (Partido da Libertação Nacional), e também ex-integrante do governo Chaves, que chefiou o sistema de previdên-

cia social no início da atual gestão. Ele obteve 33,18% dos votos.

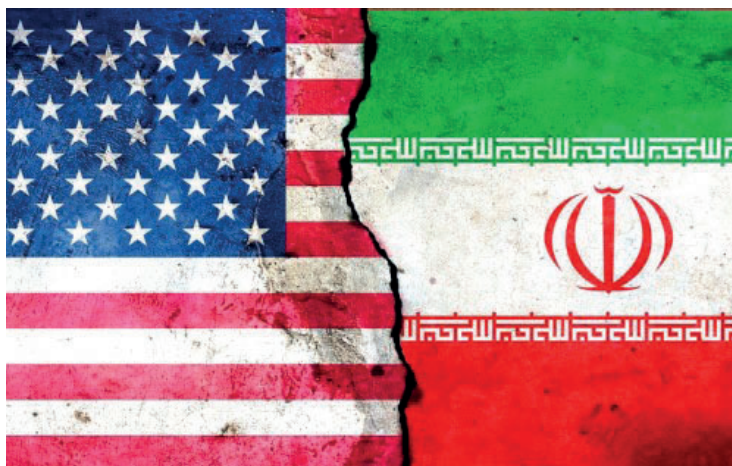
O aumento de assassinatos tornou a segurança pública um tema central para eleitores. Cerca de 40% dos eleitores apontaram a violência como o maior problema do país, contra apenas 4% há quatro anos, quando Chaves foi eleito.

Autoridades locais atribuem parte da violência a uma mudança nas rotas do narcotráfico internacional, que passou a usar a Costa Rica como ponto de armazenamento de cocaína antes de enviá-la aos Estados Unidos e à Europa.

Em 2025, o país registrou 16,7 homicídios a cada 100 mil habitantes, com 873 mortes apenas três a menos que no ano anterior. O recorde foi registrado em 2023, com 905 assassinatos; em 2022, foram 654.

Folhapress

Enviado de Trump vai se encontrar com chanceler do Irã para discutir crise



Após semanas de escalada militar americana no Oriente Médio, uma janela se abriu para a primeira negociação direta entre os Estados Unidos e o Irã. O enviado de Donald Trump para conflitos, Steve Witkoff, deverá se encontrar na sexta (6) com o chanceler do país persa, Abbas Araghchi.

A reunião ocorrerá em Istambul, segundo o site Axios, que a revelou. Outros veículos americanos confirmaram o encontro, após um fim de semana com sinais de que o regime teocrático queria conversar. "Estamos abertos a negociação, mas não sob pressão", disse Araghchi nesta segunda (2).

Após ser advertido pelos

Estados Unidos, o Irã negou ter planejado conduzir exercícios militares com tiro real no estreito de Hormuz, a estratégica passagem de 20% do petróleo e gás do mundo que separa o país da península Arábica.

As manobras haviam sido anunciadas pela Press TV, uma emissora de língua inglesa controlada pela teocracia e vista como porta-voz dos interesses da poderosa Guarda Revolucionária.

Na quinta-feira passada (29), o canal havia dito que o treino do braço naval da Guarda ocorreria no domingo (1º) e nesta segunda. Teerã emitiu alertas para restringir a navegação nas áreas em que haveria disparos.

"O Centcom (Comando Central das Forças Armadas dos EUA) insta a Guarda Revolucionária a conduzir os exercícios navais anunciados de uma forma que seja segura, profissional e evite riscos desnecessários para a liberdade de navegação do tráfego marítimo internacional", disse o órgão que opera no Oriente Médio em nota na sexta (30).

Ato contínuo, no domingo uma autoridade iraniana que não foi nominada pela Reuters disse à agência de notícias que o relato da Press TV estava errado, o que parece basicamente improvável dado o controle que a Guarda exerce sobre a emissora.

Igor Gielow/Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Mercado reduz previsão da inflação para 3,99% este ano



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 4% para 3,99% em 2026.

A estimativa foi publicada nesta segunda-feira (2) no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

Pela quarta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida

e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

A primeira divulgação sobre o IPCA de 2026 será feita no próximo dia 10 de fevereiro pelo IBGE com o índice de janeiro.

Em dezembro, a alta no preço dos transportes por aplicativo e das passagens aéreas fez a inflação chegar a 0,33%, acima do aumento de 0,18% registrado em novembro. O resultado fez o IPCA acumular alta de

4,26% em 2025.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida na última reunião.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que deverá começar a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

Andreia Verdélio/ABR

Brasil atinge recorde na produção de petróleo em 2025

A produção nacional de petróleo bateu recorde em 2025, chegando a 3,77 milhões de barris por dia. O volume é 12,3% superior ao recorde anterior, de 2023, segundo informou nesta segunda-feira (2) a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O desempenho reflete a entrada em operação de grandes plataformas do pré-sal. Também houve recorde na produção de gás natural, que chegou a 179 milhões de metros cúbicos por dia. Nem todo esse gás, porém, chega ao continente.

O crescimento acelerado da produção de petróleo permitiu que a commodity liderasse a pauta de exportações brasileiras pelo segundo ano consecutivo em 2025, com vendas de US\$ 44,6 bilhões durante o ano.

Segundo a ANP, o pré-sal respondeu por 79,63% da produção nacional de petróleo e gás em 2025. Apenas três campos -Tupi, Búzios e Mero- responderam por 56,27% da produção de petróleo. Os três estão loca-

lizados no litoral do Rio de Janeiro, o que leva a grande concentração da renda do setor.

Em dezembro, segundo a ANP, a Petrobras ficou com pouco menos de dois terços da produção total. A segunda maior produtora foi a Shell, com pouco mais de 10%. Sócia compulsória em campos do pré-sal, a estatal PPSA (Pré-Sal Petróleo SA) aparece na quarta posição.

A corrida por maior produção de petróleo é questionada por organizações ambientalistas, que pedem que o governo estabeleça patamares mínimos de produção em sua proposta de mapa do caminho para reduzir o uso de combustíveis fósseis.

Eles argumentam que o Brasil pode evitar a abertura de novas fronteiras exploratórias, como a bacia da Foz do Amazonas, se usar as reservas já descobertas de forma menos acelerada. A ideia seria manter essas reservas apenas para garantir o consumo interno de setores de difícil descarbonização.

Folhapress

Regra do Pix para 'rastrear' dinheiro que foi desviado em golpe entrou em vigor nesta segunda (2)



Começaram a valer nesta segunda-feira (2) novas regras do BC (Banco Central) para rastrear o dinheiro do Pix que foi alvo de golpe. As instituições financeiras deverão ampliar, obrigatoriamente, o monitoramento das transações, a fim de localizar quantias desviadas por diferentes contas durante as fraudes.

Até então, a principal limitação do MED (Mecanismo Especial de Devolução), usado para pedir a devolução de um Pix, é que o BC só rastreava a primeira conta para onde o dinheiro havia sido desviado. As quadrilhas, no entanto, costumam pulverizar rapidamente a quantia em diferentes contas, o que impossibilitava a devolução dos valores.

Agora, com o chamado "MED 2.0", o BC alterou a norma do Pix para permitir que mais de uma solicitação de devolução seja aberta quando houver pedido de recuperação de valores. Com a nova regra, as instituições terão capacidade técnica para rastrear o trajeto do dinheiro ao longo de cinco níveis de transferências. Se os criminosos dividirem o dinheiro em mais de uma conta, o BC vai analisar todas elas.

Segundo o Banco Central, será possível devolver os recursos desviados em até 11 dias após a contestação.

"O BC espera que, com essa medida, aumente a identificação de contas usadas para fraudes e a devolução de recursos, desincentivando fraudes. O

compartilhamento dessas informações impedirá ainda o uso dessas contas para novas fraudes", disse o Banco Central quando anunciou o novo mecanismo em agosto do ano passado.

A medida começou a ser aplicada de forma facultativa no dia 23 de novembro de 2025. Desde outubro do ano passado, o MED passou a ser feito de forma 100% digital, sem a necessidade de interação com o atendimento do banco. Todas as instituições financeiras participantes começaram a oferecer a funcionalidade no próprio ambiente Pix dos seus aplicativos. Dessa forma, a transação pode ser contestada sem a necessidade de entrar em contato com as centrais de atendimento dos bancos.

Folhapress

POLÍTICA

Lula pede ao Congresso prioridade para acordo Mercosul-UE e fim da escala 6x1



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu que o Congresso Nacional dê prioridade às pautas relativas ao Acordo Mercosul-União Europeia, ao fim da escala de trabalho 6x1 e à regulação dos trabalhos por aplicativo, em mensagem enviada ao Legislativo nesta segunda-feira (2).

As três pautas listadas no documento enviado pelo presidente às Casas são as principais bandeiras defendidas pela gestão neste primeiro semestre.

"Nosso próximo desafio é o fim da escala 6x1 de trabalho, sem redução de salário. O tempo é um dos bens mais preciosos para o ser humano. Não é justo que uma pessoa trabalhe duro

toda a semana e tenha apenas um dia para descansar o corpo e a mente e curtir a família", diz trecho.

"Dentre os desafios nacionais inerentes ao Executivo e ao Legislativo para 2026, destaco ainda a urgente necessidade de regulação do trabalho por aplicativos, uma demanda importante das novas categorias profissionais, que não podem ter sua mão de obra precarizada e dependem de defesa institucional do Estado brasileiro para mediar melhores condições de trabalho."

Além de trazer um texto assinado pelo presidente da República, o documento também detalha avanços do governo até então e as prioridades para o ano que se

inicia. Anos eleitorais, como este, têm um período de deliberação e votação mais curtos nas Casas, devido às restrições que o calendário eleitoral impõe.

Como costuma ocorrer, a mensagem foi enviada pessoalmente pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e lida no plenário da Câmara dos Deputados. O presidente Lula não participa de forma presencial desta etapa. Neste ano, o texto foi lido pelo deputado federal Carlos Veras (PT-PE), primeiro-secretário da Câmara.

Os presidentes do Legislativo, Davi Alcolumbre (União-AP), do Senado, e Hugo Motta (Republicanos-PB), da Câmara, comandam a cerimônia.

Folhapress

Senador quer levar Galípolo a comissão para explicar liquidação do Master

O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) apresentou nesta segunda-feira (2) à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado um pedido para que Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, seja convidado a "prestar informações sobre a atuação da autoridade monetária na liquidação do Banco Master".

A liquidação da instituição financeira foi decretada pelo BC em 18 de novembro do ano passado. Horas antes, ainda na noite do dia 17, Daniel Vorcaro, dono do banco, foi preso pela Polícia Federal quando tentava embarcar para Dubai. Atualmente, ele cumpre prisão domiciliar.

No pedido encaminhado à CAE, Veneziano afirma que "em nome da transparência", acha que "convém que as autoridades envolvidas possam vir a este colegiado" falar sobre o "chamado 'escândalo do banco Master', assim como sua atuação para interromper e conter os danos causados por esse

pernicioso esquema".

Veneziano é irmão do ministro Vital do Rêgo, presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), onde uma inspeção foi aberta para apurar a conduta do Banco Central na supervisão do Master. A inspeção foi determinada por outro ministro, Jhonatan de Jesus, que chegou a falar na possibilidade de reverter a liquidação.

Depois, Galípolo e Vital do Rêgo se reuniram para discutir o assunto e fecharam um acordo para que o BC retirasse um recurso contra a decisão de Jhonatan de Jesus. Ficou acordado também que a corte de contas analisará a documentação do caso Master visando ter segurança jurídica.

A Folha de S. Paulo mostrou no domingo (1º) que o Banco Central vive um clima de desconfiança entre os servidores depois da abertura de uma investigação interna, a pedido de Galípolo, para apurar eventuais falhas no processo de supervisão e fiscalização do Banco Master.

Folhapress

Motta defende emendas e Alcolumbre diz que conquistas não são apenas do governo



O presidente da Câmara, Hugo Motta, defendeu, nesta segunda (2), as emendas parlamentares, enquanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que as conquistas do país não são apenas do governo Lula, além de pedir paz e diálogo, em recados ao STF.

O Congresso deu início, nesta segunda, ao ano legislativo, com uma sessão solene em que foram lidas as mensagens do Executivo e Judiciário, em que cada poder elenca suas prioridades para 2026. Em seguida, Motta e Alcolumbre fizeram seus discursos.

Ao mencionar a redução do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5.000, proposta do governo Lula aprovada pelo Congresso

no ano passado, Alcolumbre afirmou que "essas conquistas não pertencem a um governo, a um partido ou a uma Casa legislativa", mas ao povo brasileiro.

Motta afirmou que cabe ao plenário "fazer valer a prerrogativa constitucional do Congresso de destinar as emendas parlamentares aos rincões Brasil afora, que, na maioria das vezes, não estão aos olhos do poder público".

Já Alcolumbre ressaltou que este é um ano eleitoral para cobrar diálogo e harmonia entre os Poderes. Ele também disse lutar pelas prerrogativas parlamentares e pela autoridade do Congresso. "Cada Poder tem seu papel. É do respeito mútuo entre eles que nasce a estabilidade de que o Brasil precisa", disse.

"Faço um apelo ao país: precisamos, mais do que nunca, de diálogo, de bom senso e de paz. Paz entre os grupos que defendem ideologias diferentes. Paz entre as instituições nacionais. Paz entre os Poderes da República", disse o senador. "O dissenso faz parte da democracia. A discordância faz parte da política. [...] Mas precisamos afirmar com responsabilidade: o dissenso não pode se transformar em ódio. Quando o Brasil tensiona, é aqui que ele se recompõe", completou.

A mensagem do Palácio do Planalto foi entregue pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), e lida pelo deputado Carlos Veras (PT-PE), primeiro-secretário da Câmara.

Folhapress



AGRONEGÓCIO

China nega pedido do Brasil de redistribuição de cotas remanescentes de carne bovina



A China negou o pedido do governo brasileiro de que as cotas para carne bovina remanescentes de outros países fossem redistribuídas entre aqueles que já haviam estourado o próprio limite.

Pessoas com conhecimento das negociações ouvidas pela reportagem afirmam que outros países fizeram o mesmo pleito e tiveram a mesma resposta.

Pequim não teria dado espaço para negociações sobre a medida de salvaguarda da carne bovina imposta no final do ano passado. A determinação impôs cotas sobre a importação da commodity para diversos países de 2026 a 2028.

A solicitação do governo brasileiro era que os países que usualmente exportam

mais do que o determinado na cota pudessem usar os valores restantes que sobrassem de países que não atingissem seu limite.

O Brasil, que é o principal fornecedor da commodity para a China, terá tarifa de 55% caso exceda 1,1 milhão de toneladas em 2026. Em 2025, o total exportado para o país asiático foi de 1,65 milhão de toneladas na categoria "Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada", segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A medida de salvaguarda, segundo o Ministério do Comércio chinês, visa ajudar os frigoríficos locais a atravessar dificuldades. Citando pesquisadores, a pasta afirmou, em nota, que o aumento da importação

da categoria nos últimos anos causou uma erosão da indústria doméstica.

O governo Lula agora discute medidas para entender como evitar que grandes frigoríficos brasileiros usem toda a cota antes dos demais por terem maior capacidade de entrega e produção. A principal forma discutida levaria em consideração o volume de vendas ao país asiático em determinado período, além de deixar parte menor da cota para novas empresas.

A contabilização também é tema sensível, uma vez que Pequim determinou que a contagem será feita de forma bruta na chegada ao porto chinês, ou seja, por tonelada, sem levar em consideração a empresa de origem.

Folhapress

Etanol e açúcar impulsionam agronegócio brasileiro

A pesar de parecer expressivo, o volume de etanol exportado pelo Brasil em 2025, cerca de 1,7 bilhão de litros, mostra um cenário de retração. O número indica queda de 9% em relação a 2024, quando as vendas externas somaram 2 bilhões de litros. A redução, no entanto, não está ligada à ausência de compradores, mas sim à falta de oferta exportável, resultado da forte demanda interna e de estoques historicamente baixos. Em valores, as exportações brasileiras de etanol somaram US\$ 976,6 milhões em 2025, queda de 8% frente aos US\$ 1,13 bilhão registrados em 2024.

Tradicionalmente, o mercado doméstico absorve a maior parte da produção nacional de etanol. Em 2025, o consumo interno alcançou cerca de 19 bilhões de litros de etanol hidratado (ofertado nas bombas dos postos de combustíveis) e 13 bilhões de litros de anidro (adicionado à gasolina). O aumento da mistura mandatória do

etanol anidro na gasolina, de 27% para 30%, em vigor desde 1 de agosto de 2025, deve contribuir para o aumento da demanda interna, uma vez que especialistas estimam que a nova mistura vai consumir 1 bilhão de litros a mais por ano.

Além disso, os estoques de etanol nas usinas do Centro-Sul do país registraram queda significativa na safra 2025/2026. Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), o volume armazenado em 1º de janeiro somava 7,07 bilhões de litros, representando uma redução de 19,7% em relação ao mesmo período de 2025.

Com a produção nacional de etanol também menor -- cerca de 5% -- e um acumulado no período 30,84 bilhões de litros, houve queda na produção de hidratado, de 8%, para 19 bilhões de litros, enquanto o anidro se manteve relativamente estável em 11,7 bilhões de litros. Esse conjunto de fatores reduziu significativamente o excedente disponível para exportação. CNN

Produção de maçã deve crescer 20% na safra 2025/2026



A safra de maçãs 2025/2026 deve render entre 1,05 milhão e 1,15 milhão de toneladas, segundo projeções da Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), valor que representa um retorno da produção à média histórica do setor. O volume será cerca de 20% maior que a safra anterior, quando a colheita se situou em 850 mil toneladas do fruto. De acordo com a ABPM, o aumento na produção se deve principalmente às boas condições climáticas ao longo do ciclo.

Além da maior oferta, a entidade estima que as maçãs sejam maiores, com coloração mais avermelhada, maior suculência e equilíbrio entre açúcar e acidez. Esses fatores garantem maior qualidade ao fruto e

ampliam a competitividade da maçã no mercado nacional e internacional.

Uma das produtoras, a Rasip Agro, unidade da RAR Agro & Indústria, estima a produção em cerca de 55 mil toneladas, um aumento de 30% sobre o ciclo anterior, de 42 mil toneladas.

A maior parte da produção da Rasip, é da variedade Gala (75%), que inclui o clone Belgala, exclusivo da empresa. Os outros 25% são de frutos da variedade Fuji.

Para o presidente da RAR Agro & Indústria, Sergio Martins Barboa, o bom resultado nesse ciclo é resulta da consolidação da operação nos últimos anos: "A colheita de 55 mil toneladas nesta safra confirma a evolução consistente da nossa operação, resultado de investimentos em tecno-

logia, manejo e genética".

"O crescimento em relação ao ano anterior e a destinação de até 20% da produção para a exportação reforçam a qualidade da maçã produzida em Vacaria e a competitividade da Rasip Agro no mercado internacional", acrescentou o executivo.

Segundo projeções da ABPM, as exportações dessa safra devem somar 60 milhões de toneladas. Os principais destinos da maçã brasileira são: Índia, Portugal, Irlanda, Emirados Árabes Unidos, Rússia, Reino Unido e Arábia Saudita. O evento que marca a abertura oficial da safra 2025/26 de maçã acontece neste sábado (07/02), em Vacaria-RS, um dos maiores municípios produtores do país. CNN

PUBLICIDADE LEGAL

Somente S.A.

CNPJ nº 46.855.495/0001-31 - NIRE 35 300 594 614

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 05/01/2026, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Todos os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme dispensa de convocação **Mesa: Presidente:** Michel Burman Mendes Pinto; **Secretário:** Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon. **Deliberações aprovadas: 1. Aumento de Capital Social e Subscrição de Novas Ações. Aprovado** o aumento do capital social da companhia, que passará de R\$ 23.000.000,00 para R\$ 53.000.000,00 mediante a emissão de 30.000.000 de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, equivalente a R\$ 30.000.000,00, que serão subscritas e integralizadas pelo acionista da seguinte forma: **Acionista:** HGM Investimentos Ltda., **Nº de ações subscritas:** 30.000.000; **Valor total da subscrição:** R\$ 30.000.000,00. As ações serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme previsto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, até a data de 31/12/2026, mediante depósito em conta bancária da companhia. 3.1. Em razão da deliberação acima, decidem os Acionistas alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º - O Capital social da Companhia é composta por R\$ 53.000.000,00, dividido em 53.000.000 de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31/12/2026."** Por fim, a Companhia autoriza a Diretoria consolidar o Estatuto Social, bem como a praticar todos os atos complementares do registro da presente Ata, bem como a tomar, com os mais amplos poderes, todos as providências necessárias para o cabal cumprimento do que ora ficou deliberado. Nada mais. Barueri, 05/01/2026. JUCESP nº 78.214/26-9 em 9/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação Social, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A razão social da Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que será regida pelo disposto neste Estatuto Social pelas disposições legais aplicáveis e **Somente S.A. § Único:** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social e na hipótese de ser celebrado um Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), deverão ser observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, na Lei nº 6404 de 15/12/1976 conforme alterada (Lei das SAs) e, nos casos omissos na legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo - CEP: 06545-000, inscrita no CNPJ nº 06.485.549/0001-31, e NIRE 35 300 594 614, filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055 - G. 404 - Itaim Bibi - CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ nº 06.485.549/0002-12, e NIRE 35 906 410 974 e filial no Município de Curitiba, Estado do Paraná na Rua Ubaldino do Amaral, nº 927, Alto da Rua XV, CEP: 80045-150, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior por deliberação de acionistas titulares de mais da metade do capital social. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a exploração das seguintes atividades 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social. Artigo 5º.** O Capital social da Companhia é composto por R\$ 53.000.000,00, dividido em 53.000.000 de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez MIL e 000 reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31/12/2026. **§1º:** Cada ação ordinária tem por objeto as seguintes características direitos e vantagens: (a) cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia, convocada instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social, e (b) as ações ordinárias poderão ser convertidas em outras espécies ou classes de ações de emissão da Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral **§2º:** O capital social poderá por deliberação da Assembleia Geral ser aumentado mediante a emissão de ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. Fica assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição dos aumentos de capital da Companhia nos termos previstos pela Lei das SAs. **§3º:** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas se aplicável. **§4º:** A Companhia é vedada a criação e emissão de

partes beneficiárias. **Capítulo III. Da Assembléia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunirá-se ordinariamente a cada ano nos 3 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente quando os interesses sociais exigirem mediante convocação pelo Diretor Presidente da Companhia ou ainda pelos acionistas da Companhia observados os quóruns e procedimentos da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **§1º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou na sua ausência por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente antecipadamente ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos acionistas presentes sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Diretor Presidente. **§2º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria com no mínimo 8 dias de antecedência da data marcada para sua realização (para assembleias instaladas em primeira convocação) e com no mínimo 05 dias de antecedência (para assembleias instaladas em segunda convocação). Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral declarando-se cientes da ordem do dia. **§3º.** Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral será considerada instalada, em primeira convocação com a presença dos Acionistas que representem, no mínimo, 80% do capital social com direito voto, observadas as presenças obrigatórias e materiais quórum qualificada conforme Acordo de Acionistas. **§4º.** Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento do Acordo de Acionistas, negando cômputo a voto proferido com violação ao Acordo de Acionistas e ao presente Estatuto Social. **§5º.** Será considerado presente, como se fisicamente presente estivesse, as Assembleias Gerais o acionista que participar das Assembleias Gerais por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, ou equipamentos de comunicação similares por meio dos quais todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras, desde que uma cópia assinada do voto proferido por tal acionista, se aplicável, seja entregue por e-mail, carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da Assembleia Geral e ao Secretário antes do encerramento lavratura e assinatura da respectiva ata dentro de 5 dias úteis após a reunião e arquivada na sede da Companhia, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O acionista que participar remotamente assinará fisicamente assim que possível a lista de presença e a ata da assembleia. **Artigo 7º.** Os acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral de Acionistas conforme determinado pela Lei das S.A., pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto Social. A aprovação das matérias apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas observará as disposições aplicáveis da Lei das S.A. e as disposições de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas. **§1º.** Sem prejuízo do disposto no caput, compete à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre: (a) as contas dos administradores, bem como examinar discutir e aprovar as demonstrações financeiras; (b) eleição e destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal quando e se instalar; (c) alteração em qualquer dos artigos deste Estatuto Social incluindo mudança da atividade preponderante da Companhia; (d) aumento ou redução do capital social; (e) emissão resgate e/ou conversão, pela Companhia de debêntures conversíveis e bônus de subscrição; (f) transformação, cisão, incorporação fusão da Companhia, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reestruturação societária da Companhia (incluindo contribuição de participações societárias por terceiros); (g) deliberação sobre recuperação judicial ou extrajudicial; (h) deliberação para a confissão de falência, liquidação e/ou dissolução da Companhia; (i) eleição e destituição do liquidante bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (j) fixação da remuneração dos administradores; (k) aprovação de distribuição ou retenção de lucros, pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; (l) criação de quaisquer reservas de capital, exceto as obrigatórias; (m) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos em valor inferior ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista neste Estatuto Social, e (n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **§2º.** Exceto conforme previsto na Lei das S.A. e pelos materiais de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia (se aplicável) as matérias em discussão na Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável da maioria do capital social total e votante. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **§1º.** O administrador e investido no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria conforme o caso. **§2º.** O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. O substituto eleito que preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído. **§3º.** A Assembleia Geral deve fixar a remuneração global dos membros da administração. **Seção II. Diretoria. Artigo 9º.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 Diretores e no máximo 5 Diretores cujas designações serão indicadas pela Assembleia Geral no momento da eleição. **§ Único.** Os diretores serão eleitos para mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. A eleição, destituição e substituição dos diretores ficarão a cargo da Assembleia Geral observados em qualquer caso e no que for aplicável, os termos e condições do Acordo de Acionistas. **Artigo 10º.** A Diretoria é responsável pela administração dos negócios da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, o Acordo de Acionistas, este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 11º.** A Companhia será sempre representada por (i) qualquer um dos dois Diretores individualmente; ou (ii) por um procurador com poderes especiais, desde que tal procurador tenha sido designado por 2 Diretores em conjunto. **§1º.** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia em casos específicos. **§2º.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos. Com exceção daquelas para fins judiciais, as procurações terão um período de validade limitado a no máximo 1 ano. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 12º.** O Conselho Fiscal com as atribuições e poderes de lei funcionará em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas conforme o que faculta a artigo 161 da Lei das S.A. sendo composto por 3 membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VI. Do Exercício Social Balanço e Juros e Dividendos**

Artigo 13º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. **§1º.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários mensais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados. **§2º.** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte Destinação: (a) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e (b) o lucro remanescente, após as deduções previstas no item (a) acima, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral Ordinária, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral dos Acionistas, observada a legislação aplicável.

§3º. A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social no mínimo 1% e não excedente a 100% do seu lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Capítulo VII. Das Disposições Gerais. Artigo 14º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na legislação Aplicável, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, cabendo Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Artigo 15º.** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, prevalecerão as disposições do Acordo de Acionistas se existente. **Artigo 16º.** Na hipótese de qualquer controvérsia, litígio, questão, disputa dúvida ou divergência de qualquer natureza oriunda de e/ou relacionada a este Estatuto Social, inclusive aqueles relacionados à sua existência, formação, aplicabilidade, violação, rescisão, validade e eficácia (“Conflito”), envolvendo a Companhia, seus acionistas e/ou administradores (“Partes Envolvidas”), as Partes Envolvidas enviarão seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade qualquer das Partes Envolvidas deverá notificar a outra de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por esta Clausula, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão reunir-se para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé (“Notificação de Conflito”). Caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução amigável, dentro de um período de 30 dias após a entrega da Notificação de Conflito de uma Parte à outra o Conflito será resolvido de forma final e vinculante por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA (“Câmara”) nos termos de seu Regulamento de Arbitragem (“Regulamento”). **§1º.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem. **§2º.** O Tribunal Arbitral será constituído por três árbitros (“Tribunal Arbitral”), cabendo à(s) Parte(s) Envolvida(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e à(s) Parte(s) Envolvida(s) requerida(s) de outro indicar um segundo árbitro os quais, de comum acordo nomearão o terceiro árbitro que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das Partes Envolvidas seja (a) requerente(s) ou (a/s) requeridas deixe de indicar árbitro todos os três árbitros serão indicados pelo presidente da Câmara, conforme o Regulamento. Caso os 2 árbitros indicados pelas Partes Envolvidas deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da Câmara indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento. **§3º.** A arbitragem terá sede e local no Município de São Paulo Estado de São Paulo onde será proferida a sentença arbitral. Porém poderá o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **§4º.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **§5º.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as leis da República Federativa do Brasil independentemente de qualquer regra de conflito de leis. É vedado aos árbitros decidir por equidade. **§6º.** A arbitragem será integralmente sigilosa e confidencial, o que inclui sua existência, e as alegações, documentos e provas apresentadas e produzidas pelas partes e na para os fins do procedimento arbitral. Todas as Partes Envolvidas os árbitros a Câmara e quaisquer outras pessoas envolvidas são obrigadas a respeitar o sigilo e a confidencialidade da arbitragem. **§ Setimo.** Com exceção dos honorários advocatícios, os quais serão arcados por cada Parte Envolvida, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral. Os custos e despesas cuja causa não possa ser atribuída a uma das Partes serão rateados entre as Partes em proporções iguais, até a decisão final sobre a controvérsia a ser proferida pelo Tribunal Arbitral. A sentença arbitral atribuirá à Parte vencida, ou a ambas as Partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo, incluindo as taxas e despesas administrativas da Câmara Arbitral, na forma do Regulamento, honorários dos árbitros, honorários advocatícios de sucumbência e honorários dos peritos. Todos os custos despesas e honorários incorridos pela outra Parte Envolvida serão atualizados monetariamente com base na variação acumulada do IPCA, calculados pro rata die para o período compreendido entre a data em que tiverem sido incorridos e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado e ainda, se for o caso, acrescidos de juros de 1% ao mês, calculados pro rata die entre a data da divulgação da sentença arbitral e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado. **§ Oitavo.** As decisões da arbitragem serão finais, vinculantes e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contratadas decisões, ressalvados os pedidos de esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei nº 9.307 de 23/09/1996. **§ Nono.** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afeta a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação a necessidade de submissão do Conflito a arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos apenas ao Tribunal Arbitral. **§ Décimo.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei nº 9.307 de 23/09/1996; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas a arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo Estado de São Paulo como o único e exclusivamente competente, renunciando-se a todos os outros por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Artigo 17º.** Nos casos os quais omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. São Paulo, 05/01/2026.

Sebastiana de Jesus Andrade Ltda.

CNPJ nº 45.863.193/0001-42 - NIRE 35238864447

Edital de Redução de Capital

A sociedade **Sebastiana de Jesus Andrade Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 45.863.193/0001-42, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35238864447, com sede na Rua Conceição, n° 233, Centro, Campinas/SP, CEP 13.010-050, por sua sócia, torna público conforme art. 1.084, §1º do Código Civil (Lei 10.406/2002), que em 28 de janeiro de 2026, aprovou a redução de capital de R\$ 972.308,00 (novecentos e setenta e dois mil e trezentos e oito reais), para R\$ 76.184,50 (setenta e seis mil, cento e oitenta e quatro e cinquenta), em razão de ser excessivo, passando a transcorrer o prazo para oposições.

comercial@datamercantil.com.br

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/12/2025

Data, Horário e Local: Em 05/12/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, como Presidente, e Mario Slamowitz Weigensberg, como Secretário. **Deliberações aprovadas:** 5.1. A retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de AGE de Acionistas da Companhia realizada em 22/08/2025, arquivada na JUCESP sob nº 349.256/25-1, em sessão de 06/10/2025 (**“AGE de 22.08”**), em que, por equívoco, foi aprovada a retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de AGE em 10/07/2025, arquivada na JUCESP sob nº 266.777-25-9, em sessão de 01/08/2025 (**“AGE de 10.07”**), **quando, na verdade**, os termos do aumento de capital da Companhia aprovado na AGE de 10.07 estavam corretos, devendo ser **desconsiderados os ajustes aprovados na AGE de 22.08**, 5.1.1. Dessa forma, foi ratificado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 160.099.999,96, mediante a emissão de 554.399 novas ações, idênticas às anteriormente existentes, ao preço de emissão de R\$ 288,78 por ação, conforme aprovado na AGE de 10.07. 5.1.2. Em decorrência da deliberação acima, os acionistas decidem ratificar o Boletim de Subscrição anexo à AGE de 10.07. 5.2. **Aprovada** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5.3. **Autorizada** a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aqui aprovadas. Nada mais. JUCESP nº 014.006/26-1 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/12/2025

Data, Horário e Local: Em 10/12/2025, às 14hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Fernando Extrakto Braun, Presidente; Mario Slamowitz Weigensberg, Secretário. **Deliberações Aprovadas:** 5.1. **Aprovada** a celebração do Termo de Emissão pela Companhia, assim como quaisquer contratos ou documentos acessórios necessários para a sua consumação; 5.2. **Aprovada** a distribuição de dividendos pela Companhia, no valor total de R\$367.880.092,59, o qual é composto por: (i) R\$ 88.512.864,13 resultantes dos lucros acumulados apurados com base no balancete patrimonial da Companhia levantado em 31/10/2025; (ii) R\$ 164.391.821,64 resultantes dos lucros acumulados da Zakat Distribuidora: de Cosméticos Ltda., subsidiária integral da Companhia, apurados com base no seu balancete patrimonial levantado em 31/10/2025 e cuja distribuição foi aprovada nesta data; (iii) R\$ 114.975.406,82 referentes à Ata de Resolução de Sócios Única da Zakat Distribuidora de Cosméticos Ltda. de 30/07/2025, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo em 08/08/2025 sob nº 20251323689, na qual foi aprovada a distribuição de lucros para a Companhia no mesmo valor. 5.2.1. A distribuição de dividendos ora aprovada será paga para os acionistas, na proporção das suas respectivas participações no capital social da Companhia, sendo R\$ 340.000.000,00 até 31/12/2025 e saldo remanescente até 31/12/2028, ambos em moeda corrente nacional, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. 5.3. **Autorizada** a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aqui aprovadas. Nada mais. JUCESP nº 014.007/26-5 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/10/2025

Data, Hora e Local: Em 17/10/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** A convocação foi devidamente publicado na edição digital do jornal Data Mercantil. Presente a acionista titular da maioria das ações representativas do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Deusdedit Pereira Júnior; Secretário, pelo Sr. Caio Kyriakou Fernandes. **Deliberações aprovadas:** (i) Consignar que a totalidade das 55.770.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas em decorrência do aumento de capital social aprovado em 24/06/2025, foi integralizada em moeda corrente nacional, pelo valor total de R\$ 55.770.000,00, conforme contrato de câmbio nº 0503447139, celebrado em 17/07/2025, pela acionista **Abbott Poland Luxembourg S.Á.R.L.**, dentro do prazo de 30 dias previsto no respectivo "Boletim de Subscrição. (ii) Aprovar, em decorrência da integralização das ações, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados os seus parágrafos: **Do Capital Social e Ações. Artigo 5º. O capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, é de R\$ 263.324.119,19, representado por 231.307.117 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nada mais. Acionista presente:** Abbott Poland Luxembourg S.Á.R.L. (representada pelo Sr. Deusdedit Pereira Júnior). JUCESP nº 20.809/26-8 em 07/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 – NIRE 35.300.394.101

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/12/2025

Data, Hora e Local: Em 26/12/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** O edital de convocação foi devidamente publicado nas edições digital e impressa do jornal *Data Mercantil*. Presentes os acionistas titulares da maioria das ações representativas do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Deusdedet Pereira Júnior; Secretário, Sr. Caio Kyriakou Fernandes. **Deliberações aprovadas:** (i) Ratificar a renúncia do Sr. Cyrille Laurent Olivier Schroeder do cargo de Diretor da Companhia, conforme carta de renúncia. (ii) Eleger para o cargo de Diretor Geral da Companhia o Sr. **Marcelo Rodolfo**, brasileiro, profissional farmacêutico, com endereço profissional em São Paulo/SP, o qual fica desde já devidamente eleito e passará a exercer todas as atribuições inerentes ao cargo, com os poderes e responsabilidades previstos no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável. O Diretor ora eleito será investido em seu respectivo cargo mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio, tendo mandato de 1 ano, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. O Diretor eleito declara, para todos os fins de direito, que não está sujeito a qualquer impedimento legal para o exercício do cargo, nos termos da legislação aplicável. Nada mais. **Acionista presente:** Abbott Poland Luxembourg S.A.R.L. (representada pelo Sr. Deusdedet Pereira Júnior). JUCESP nº 20.906/26-2 em 12/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

IFOOD.com Agência de Restaurantes Online S.A.

CNPJ nº 14.380.200/0001-21 - NIRE 35.300.413.016

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/12/2025

Data, Hora e Local: 23/12/2025, às 15hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença da acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia. **Mesa:** Presidente - Diego Carneiro Barreto; Secretário - Lucas Marini Pittioni. **Deliberações aprovadas:** **4.1. Aprovado** o aumento do capital social da Companhia em R\$ 166.490.000,00, mediante a emissão de 166.490.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações já existentes, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, passando o capital social da Companhia de R\$ 917.152.898,40, dividido em 528.183.379 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 1.083.642.898,40, dividido em 694.673.379 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As 166.490.000 de novas ações emitidas em virtude do aumento de capital social ora aprovado foram, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas pela acionista **Ifood Holdings B.V.**, conforme Boletim de Subscrição. **4.2. Aprovada** a alteração do artigo 5º do Estatuto Social: "**Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.083.642.898,40, dividido em 694.673.379 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.**" **4.3. Aprovada** a consolidação do estatuto social da Companhia. Nada mais. Osasco/SP, 23/12/2025. JUCESP nº 61.950/26-9 em 20/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Optimove Brasil Marketing Platform Ltda.

CNPJ nº 61.123.050/0001-50 - NIRE 35.267.082.923

Extrato da Ata de Deliberação da Sócia realizada em 29/01/2026

Data, Hora e Local: Em 29/07/2026, às 10hs, na sede. **Presença:** Única sócia detentora da totalidade do capital social da Sociedade, estando dispensada a convocação. **Mesa:** Presidente: Taciana Ferreira Biar; Secretário: René Gelman. **Deliberações aprovada:** (i) **Aprovada** a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$ 5.600,00, por considerá-lo excessivo ao objeto social da Sociedade, mediante o cancelamento de 5.600 quotas da Sociedade, devendo, portanto, a totalidade dos recursos objeto da redução de capital ora aprovada ser entregue mediante devolução de capital à sócia Mobius Solutions Ltd., ficando a administração da Sociedade autorizada a efetuar os pagamentos por meio de transferência eletrônica internacional, para a conta bancária de titularidade da sócia Mobius Solutions Ltd., após cumpridas as formalidades legais previstas no Artigo 1.084, do Código Civil Brasileiro. (ii) **Autorizada** a administração a tomar as medidas necessárias para efetivar a deliberação aprovada.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF Nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Retificação da Convocação para Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 23ª Emissão em Série Única a ser realizada em 06 de fevereiro de 2026

a) **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 (**"Titulares dos CRI", "CRI"** e **"Emissora"**, respectivamente), nos termos da cláusula 11.3 do Termo de Securitização (**"Termo de Securitização"**), vem por meio deste, tornar pública a retificação do Edital de Convocação para Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única de 23ª Emissão em Série Única da BSI Capital Securitizadora S.A., publicado no Jornal Data Mercantil nos dias 16, 17 e 20 de janeiro de 2026, exclusivamente em razão de erro material, de forma que as ordens do dia "a" e "b" passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital. **a)** declaração do Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 17, item (b) da CDB e Cláusula 6.3.1., item (ii) do Termo de Securitização, em razão do descumprimento do prazo de registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis perante o competente oficial de registro de imóveis, nos termos da Cláusula 2.10.2. do Termo de Securitização, sendo certo que, caso não seja declarado o Vencimento Antecipado previsto neste item, a Devedora terá o prazo adicional de 60 (sessenta) dias para da presente Assembleia para realizar o respectivo registro; **b)** declaração de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 17, item (w) da CDB e Cláusula 6.3.1., item (xxiii) do Termo de Securitização, em razão do atraso superior a 10% (dez por cento) em relação à expectativa reportada no cronograma previsto do Empreendimento Conviva Camboinhas constante do Anexo IV desta CDB. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Convocação que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Comunicado de Retificação. O presente Comunicado de Retificação deverá ser considerado parte integrante da Convocação originalmente divulgada, para todos os fins de direito. São Paulo, 02 de fevereiro de 2026. **BSI Capital Securitizadora S.A.**, CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43.

(03/02/2026



PUBLICIDADE LEGAL

BEST OPTION VIAGENS E TURISMO LTDA.

C.N.P.J. n.º 14.202.473/0001-86 – NIRE n.º 35225649615
(NIRE antes de transformação em sociedade anônima fechada)
20ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pela presente alteração, o abaixo assinado: **Befly Travel Participações S.A.**, CNPJ/MF nº 00.168.403/0001-44 (“**Companhia**”), representada por **Márcio Velmovsky**, RG nº 06.712.635-9, IFPRJ, CPF nº 915.592.197-34, e **Renata Esteves dos Santos**, RG nº 22586602, SSP/SP, CPF nº 312.670.118-31; **Única Sócia** quotista desta sociedade (“**Sociedade**”), resolve, por unanimidade, transformar a Sociedade Empresária Limitada, em Sociedade Anônima Fechada, mediante o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas: **1. Primeira Alteração: 1.1.** Neste ato, a sócia **Befly Travel Participações S.A.**, acima qualificada, cede e transfere 103.158 quotas de sua titularidade, bem como seus respectivos direitos, deveres e obrigações a nova sócia admitida **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.**, CNPJ/MF nº 11.522.823/0001-01 (“**Befly Conecta**” ou “**Sócia Ingressante**”), pelo o que dá sócia **Befly Travel Participações S.A.** a nova sócia **Befly Conecta**, a mais plena, geral, irrevogável e irretroatável quitação pelas quotas ora transferidas. **2. Segunda Alteração: 2.1.** O capital social da Sociedade continua a ser de R\$10.315.800,00, divididos em 10.315.800 quotas, totalmente integralizadas, e, em virtude da cessão e transferência das quotas acima relacionada, fica assim distribuídas entre as sócias:

Sócias	Número de Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
Befly Travel Participações S.A.	10.212.642	R\$10.212.642,00	99,00%
Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.	103.158	R\$103.158,00	1,00%
Totais	10.315.800	R\$10.315.800,00	100,00%

3. Terceira Alteração: 3.1. As sócias resolvem proceder com a transformação do tipo societário da **Best Option Viagens e Turismo Ltda.**, de “sociedade empresária limitada”, em “sociedade anônima de capital fechado”, passando a adotar a denominação **Best Option Viagens e Turismo S.A.**, sem qualquer solução de continuidade. Como consequência desta deliberação, cada 01 quota que compõe o Capital Social é convertida em 01 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, totalizando 10.315.800 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são distribuídas entre os sócios na mesma proporção de sua participação pretérita na Sociedade. **3.2.** Em virtude da transformação do tipo societário da Sociedade, as sócias aprovam o Estatuto Social. **3.3.** Elegem as sócias os membros da Diretoria, para o mandato unificado de 02 anos, admitindo-se a reeleição para o mesmo cargo, conforme abaixo: **a) Sr. Márcio Velmovsky**, RG nº 06.712.635-9, IFPRJ, CPF nº 915.592.197-34, para o cargo de Diretor sem designação específica; e **b) Sra. Renata Esteves dos Santos**, RG nº 22586602, SSP/SP, CPF nº 312.670.118-31, para o cargo de Diretora sem designação específica. Os Diretores ora eleitos tomaram posse mediante a assinatura do Termo de Posse a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Os Diretores são investidos em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei ou pelo Estatuto Social da Sociedade. **3.4.** As sócias deliberam que a remuneração dos membros da Diretoria da Sociedade será fixada pelos sócios em assembleia geral. **3.5.** As sócias aprovam a não instalação do Conselho Fiscal, que não será instalado até que haja solicitação dos acionistas. **3.6.** As sócias aprovam que as publicações da Sociedade sejam realizadas pela Sociedade em Jornal de grande circulação, juntamente com o Diário Oficial do Estado de São Paulo. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 1 única via. São Paulo-SP, 22/12/2025. **Sócias: Befly Travel Participações S.A.** por: Márcio Velmovsky, Renata Esteves dos Santos; **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.** por: Márcio Velmovsky, Renata Esteves dos Santos. **Advogada:** Dra. Beatriz Cirilo Robles OAB/SP nº 411.304.

Anexo I – Lista de Subscritores
Best Option Viagens e Turismo S.A. – C.N.P.J. nº 14.202.473/0001-86

Lista dos subscritores do capital social da empresa: **Best Option Viagens e Turismo S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 14.202.473/0001-86, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.378.240-8, (“**Companhia**”), neste ato, devidamente representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, **Márcio Velmovsky**, brasileiro, casado, advogado, nascido aos 20/01/1967, portador da cédula de identidade RG nº 06.712.635-9, expedida pela IFPRJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 915.592.197-34, e **Renata Esteves dos Santos**, brasileira, solteira, marqueteira, nascida aos 22/04/1983, portadora da cédula de identidade RG nº 22586602, expedida pela SSP/SP., inscrita no C.P.F. sob o nº 312.670.118-31, ambos com endereços profissionais devidamente situados e estabelecidos na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Alteração Contratual data de 22 de dezembro de 2025, considerando a subscrição de: **(i)** 10.315.800 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em virtude da transformação da Companhia deliberada nesta data.

	Subscritores	Nº de Ações Ordinárias Subscritas na Transformação	Valor Total Subscrito
1	Befly Travel Participações S.A. , sociedade anônima de capital fechado, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Befly Travel, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – (“JUCERJA”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 22 de agosto de 1994; a sua “9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social” devidamente registrada e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 05 de dezembro de 2016; e o seu “Estatuto Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP”) sob o NIRE nº 3530050690-1, em sessão de 01 de agosto de 2017, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 00.168.403/0001-44, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.410.446-2, (“ Companhia ”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, Márcio Velmovsky e Renata Esteves dos Santos , ambos já devidamente qualificados neste instrumento.	10.212.642	R\$10.212.642,00
2	Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda. , sociedade empresária limitada, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Befly Conecta, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP”) sob o NIRE nº 35223958564, em sessão de 27 de janeiro de 2010, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 11.522.823/0001-01, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 4.015.677-0, (“ Sociedade ”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, Márcio Velmovsky e Renata Esteves dos Santos , ambos já devidamente qualificados neste instrumento.	103.158	R\$103.158,00
	Totais	10.315.800	R\$10.315.800,00

São Paulo-SP, 22 de dezembro de 2025. **Acionistas: Befly Travel Participações S.A.**, Representada por: Márcio Velmovsky – Diretor Sem Designação Específica; Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica. **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.**, Representada por: Márcio Velmovsky – Diretor Sem Designação Específica; Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica.

Anexo II – Estatuto Social – Best Option Viagens e Turismo S.A. – CNPJ/MF nº 14.202.473/0001-86

Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Art. 1º. A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, adotará o nome empresarial: **Best Option Viagens e Turismo S.A. Art. 2º.** A Companhia tem por objeto social a atividade de intermediação própria de agência de turismo, que compreende a oferta, reserva e venda de serviços de terceiros, tais como passagens; acomodações e outros meios de hospedagem; programas educacionais e de aprimoramento profissional; serviços de recepção, transferência e assistência: excursões, viagens e passeios turísticos, marítimos, fluviais e lacustres. **Parágrafo Único.** A Companhia também prestará serviços complementares de agência de turismo, destacando- se a intermediação remunerada na obtenção de passaportes, vistos, ou qualquer outro documento necessário à realização de viagens; intermediação remunerada na locação de veículos; assessoramento e execução de atividades que lhe são próprias em feiras, exposições, congressos, eventos e similares; intermediação remunerada de seguros vinculados a viagens, passeios e excursões e de cartões de assistência ao viajante; e outros serviços de interesse de viajantes. **Art. 3º.** A Companhia tem sua sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, podendo por deliberação de seus acionistas, abrir e fechar filiais, agências, escritórios, ou outras dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado, tendo iniciado as suas atividades empresariais na data do dia 14/07/2011. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R\$10.315.800,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, dividido em 10.315.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária dará direito a 1 voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. **§ 2º.** O dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% sobre os lucros anuais, a partir da presente data, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto Social. **§ 3º.** Qualquer alienação de ações e/ou direitos a elas inerentes que viole o disposto neste Estatuto Social e/ou nos Acordos de Acionistas da Companhia será nula e ineficaz perante os acionistas, a Companhia e terceiros. **Art. 6º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Único.** A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no “Livro de Registro de Ações”. **Art. 7º.** A Companhia deverá realizar, dentro do prazo de 30 dias do pedido de qualquer dos acionistas, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, bem como emissão de certificados, podendo cobrar preço não excedente ao respectivo custo. **Art. 8º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela assembleia geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. **Parágrafo Único.** Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em data que atenda àquele prazo. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% do valor de reembolso, calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembleia geral. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Art. 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 01 vez por ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do art. 132, da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem e nos demais casos previstos em lei e neste Estatuto Social, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as disposições constantes da Lei das Sociedades por Ações, deste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **Art. 10.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. A Assembleia Geral terá as seguintes atribuições, observado o quanto disposto em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede social: **(i)** reformar o Estatuto Social; **(ii)** deliberar sobre a eleição, destituição ou substituição dos Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições; **(iii)** definir a remuneração global anual dos Diretores, incluindo benefícios; **(iv)** tomar, anualmente as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **(v)** deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia; **(vi)** deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); **(vii)** examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); **(viii)** deliberar sobre a formulação de pedido de falência ou de recuperação judicial da Companhia, nos termos da legislação aplicável; **(ix)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis

da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **(x)** Autorizar a alienação de bens integrantes do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; **(xi)** Autorizar a gravação, oneração ou alienação a qualquer título, dos bens da Companhia em operações cujo valor seja superior a R\$10.000,00 em uma única parcela ou ao longo do período de 12 meses, ressalvadas as situações em que os créditos adquiridos pela Companhia devam ser dados em garantia dos empréstimos que ela vier a captar; e **(xii)** Autorizar a celebração e assinatura de contratos de qualquer natureza que impliquem em assunção de obrigações ou pagamentos pela Companhia, cujo valor envolvido represente quantia superior a R\$2.000.000,00. **Parágrafo Único.** Exceto por quóruns majorados previstos na legislação específica aplicável à Companhia e/ou ainda quóruns majorados previstos neste Estatuto Social e/ou em eventual Acordo de Acionistas da Companhia, o qual sempre deverá prevalecer para fins de tomada de decisões, todas as deliberações da Companhia, incluindo, mas não se limitando, às matérias acima indicadas, deverão ser aprovadas por votos representativos de, no mínimo, 2/3 do capital votante da Companhia. **Art. 11.** As deliberações da Assembleia Geral observarão as hipóteses previstas em lei ou neste Estatuto Social, como também o quanto previsto em eventual Acordo de Acionistas, desde que devidamente arquivado na sede social da Companhia. **Art. 12.** Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a convocação da Assembleia de Geral será realizada por qualquer 01 dos Diretores da Companhia e deverá ser entregue a cada Acionista até 10 dias antes da data agendada para sua realização, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência com aviso/protocolo de recebimento. **§ 1º.** A convocação deverá conter o local, a data e a hora, bem como a pauta dos assuntos a serem tratados e qualquer documentação adicional necessária ao conhecimento e análise das deliberações objeto da Assembleia de Acionistas. **§ 2º.** As Assembleias de Acionistas serão realizadas no lugar da sede da Companhia, e serão instaladas, em primeira convocação, por Acionistas representando pelo menos a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas. **§ 3º.** Nos termos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais, bem como quaisquer outras reuniões previstas neste Estatuto Social e/ou na legislação vigente aplicável ao tipo societário da Companhia, poderão ser realizadas por meio eletrônico, de forma exclusivamente digital ou semipresencial, por meio da utilização de plataformas de videoconferência para a participação e votação a distância, sem limitação. **§ 4º.** A manifestação dos participantes das Assembleias Gerais ou reuniões realizadas na forma do Parágrafo Terceiro, acima, poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado por qualquer dos Diretores da Companhia, desde que assegure a identificação do participante e a segurança do seu voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial. **§ 5º.** Os anúncios ou convites de convocação, quando publicados, deverão conter o objeto da reunião, ainda que sumariamente, e designar o dia, a hora e o local e/ou endereço eletrônico para a realização da Assembleia Geral. **Art. 13.** Independentemente das formalidades previstas no § 1º acima e na legislação aplicável, ficará dispensada a convocação ali estabelecida e análise das deliberações objeto da Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Único.** Os Acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia por procuradores devidamente constituídos nos termos da Lei. **Art. 14.** A Companhia, seus Acionistas, seus Diretores e demais membros que venham a integrar a administração da Companhia, assumem o dever de observar as práticas de governança previstas no art. 8º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 578, de 30/08/2016, conforme lhe forem aplicáveis em decorrência das disposições regulatórias que obrigatoriamente devam ser cumpridas por determinado fundo de investimento em participações que integre o quadro societário da Companhia na condição de acionista, incluindo, mas não se limitando: (i) a disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (ii) no caso de abertura de capital da Companhia com registro na categoria A, a adesão de segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, as práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no mencionado art. 8º. **Capítulo IV – Da Administração. Art. 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 01 e no máximo 03 membros (individualmente denominado “Diretor” e, em conjunto, “Diretores”), com mandato de 2 anos, permitida a reeleição, sendo 03 Diretores sem Designação Específica, eleitos pelos acionistas, na forma prevista neste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **§ 1º.** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura dos termos de posse lacrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria em até 30 dias contados da eleição. **§ 2º.** Considera-se renunciante o membro da Diretoria que não tomar posse dentro do prazo de 60 dias contados da eleição, por qualquer que seja o motivo. **§ 3º.** No caso de vacância de qualquer Diretor, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocada no prazo máximo de 30 dias, contados da vacância. **§ 4º.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Art. 16.** A Diretoria será eleita pela por votos representativos de, no mínimo, 2/3 do capital votante da Companhia. **Art. 17.** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, na assunção de obrigações, e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura de **(i)** 02 Diretores sem Designação Específica em conjunto; **(ii)** por 01 Diretor sem Designação Específica em conjunto com 1 procurador da Companhia; ou **(iii)** por 2 procuradores da Companhia em conjunto. **§ 1º.** As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante assinatura de 02 Diretores Sem Designação Específica, não podendo ter prazo de vigência superior a 01 ano, com exceção daquelas outorgadas com os poderes da cláusula ad judicia, que poderão vigorar por prazo indeterminado. **§ 2º.** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência desta cláusula, salvo quando aprovado em assembleia geral dos acionistas. **Art. 18.** Compete aos Diretores sem Designação Específica: **(i)** desenvolver e implementar as estratégias comerciais da Companhia; **(ii)** coordenar e executar o processo de comercialização de serviços da Companhia; **(iii)** coordenar a tempo e modo de implantação, manutenção e suporte a todos os projetos da Companhia; **(iv)** representar a Companhia perante os órgãos fazendários nos níveis federal, estadual e municipal, assim como perante a Junta Comercial competente, observado o disposto no art. 17, deste Estatuto Social; **(v)** contratar e dispensar funcionários; **(vi)** exercer outras atribuições específicas que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral; **(vii)** desenvolver projetos, análises e pesquisas relacionados aos riscos do negócio da Companhia; **(viii)** acompanhar e gerenciar os resultados contábeis e financeiros da Companhia; **(ix)** preparar as demonstrações financeiras da Companhia; **(x)** requerer e utilizar certificado digital; **(xi)** gerenciar e desenvolver os materiais e campanhas de marketing da Companhia e seus serviços; **(xii)** definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico, padronização e normalização técnica; **(xiii)** promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; **(xiv)** promover, executar e supervisionar a política qualidade, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e **(xv)** informar aos demais membros da Diretoria do andamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento da Companhia. **Art. 19.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e suas reuniões serão presididas por qualquer dos Diretores e somente será instalada com a presença da totalidade de seus membros e as atas das reuniões de Diretoria serão lavradas no respectivo Livro de Atas de Reunião da Diretoria, assinadas pelos presentes. **Art. 20.** A remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, sua competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado. **Art. 21.** Além das matérias dispostas no art. 10 acima, a prática dos seguintes atos pelos Diretores em nome da Companhia também exigirá a prévia e expressa aprovação de acionistas representando, no mínimo 2/3 do capital votante da Companhia: **(i)** o empréstimo de dinheiro para ou pela Companhia, ou qualquer tipo de endividamento da Companhia; **(ii)** criação de ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza sobre os ativos da Companhia; **(iii)** requerimento de autofalência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a cessão de direitos ou bens em favor de credores. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Art. 22.** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 das ações com direito a voto e/ou 5% das ações sem direito a voto. **Art. 23.** O Conselho Fiscal será composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei. **§ 1º.** A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela assembleia geral que os eleger. **§ 2º.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na assembleia geral ordinária que se seguir à sua instalação. **Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Lucros. Art. 24.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável, submetendo-as a auditoria anual por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como à deliberação da Assembleia Geral, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 25.** Dos resultados do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 26.** Os lucros líquidos apurados em cada exercício, serão destinados, em observância à Lei das Sociedades por Ações, em parte, as reservas legais, e o dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% sobre os lucros anuais, a partir da presente data. **Parágrafo Único.** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecendo ao disposto no art. 202, § 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 27.** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Art. 28.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da assembleia geral, dividendos intermediários e intercalares, e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação e Disposições Finais. Art. 29.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de decisão dos acionistas em assembleia geral especialmente convocada para esse fim. **Parágrafo Único.** Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação, bem como eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Art. 30.** Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela assembleia geral, com base nas disposições legais aplicáveis. **Art. 31.** A Companhia deverá observar o acordo de acionistas arquivado em sua sede, na forma do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações ou a constituição de ônus sobre ações em violação a tal acordo, e o presidente da assembleia geral deverá abster-se de computar votos contrários aos termos do referido acordo de acionistas, conforme o art. 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 32.** Este estatuto social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Art. 33.** Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este estatuto social (“Conflito”), envolvendo qualquer dos acionistas (“Partes Envolvidas”), inclusive, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (“Câmara”). **§ 1º.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem (“Regulamento”). **§ 2º.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 árbitros. **§ 3º.** Cada Parte Envolvida indicará 1 árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas. **§ 4º.** Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo 1 único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo 1 único árbitro. **§ 5º.** Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos de acordo com o Regulamento. **§ 6º.** Os procedimentos previstos no presente artigo também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **§ 7º.** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o tribunal arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **§ 8º.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **§ 9º.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. **§ 10º.** A arbitragem será concluída no prazo de 6 meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral. **§ 11º.** A arbitragem será sigilosa. **§ 12º.** O tribunal arbitral alocará entre as Partes Envolvidas, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo tribunal arbitral, (iv) e honorários advocatícios em favor da parte vencedora. **§ 13º.** As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao tribunal arbitral previstos na forma do Regulamento. **§ 14º.** Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral. **§ 15º.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do tribunal arbitral, (ii) eventual ação anulatória fundada no art. 32, da Lei nº 9.307/96, e (iii) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **§ 16º.** A execução das decisões do tribunal arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, serão requeridas preferencialmente no Foro da Comarca de São Paulo; porém, caso seja útil ou necessário, poderão ser requeridas em qualquer foro, ainda que estrangeiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 14.495/26-0 e NIRE 35.300.686.209 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



NEGÓCIOS

Fictor pede recuperação judicial, com dívida de R\$ 4 bilhões



A holding financeira Fictor protocolou neste domingo (1) um pedido de recuperação judicial na 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo). De acordo com a empresa, a dívida soma R\$ 4,2 bilhões.

No pedido, a empresa solicitou tutela de urgência para suspender execuções e bloqueios por um período inicial de 180 dias. Segundo a Fictor, isso reduziria o risco de "corridas individuais que pressionem ainda mais a liquidez e prejudiquem uma solução coletiva e equânime".

A Fictor faz parte de um conglomerado que possui negócios em setores como alimentos, gestão de recursos, pagamentos, energia e

imóveis. O grupo, fundado em 2007, diz que tem cerca de 30 empreendimentos que somam mais de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,2 bilhões).

O pedido de recuperação judicial atinge a Fictor Holding e a Fictor Invest, empresas que formam o braço financeiro do grupo. Segundo a companhia, a maior parte dos credores é composta por sócios participantes dos negócios oferecidos.

"A medida busca criar um ambiente de negociação estruturada e com tratamento isonômico, que possa garantir a continuidade das atividades de forma sustentável", diz a Fictor em comunicado nesta segunda (2).

Subsidiárias do grupo, como a Fictor Alimentos S.A. (empresa listada na

B3), devem seguir com suas rotinas, contratos e projetos normalmente. Segundo o advogado Carlos Deneszczyk, do Dasa Advogados, o objetivo da recuperação é evitar que empresas economicamente viáveis sejam afetadas por restrições típicas de um processo recuperacional, impossibilitando as atividades do grupo como um todo.

Em novembro do ano passado, o Banco Master chegou a anunciar que seria comprado pela Fictor. Isso aconteceu um dia antes de o banco ter sua liquidação anunciada. A operação acabou barrada pelo Banco Central. Atualmente, Master e o resto de seu conglomerado financeiro, como o Will Bank e o Letsbank, estão em processo de liquidação.

Folhapress

Ministério Público pede bloqueio de R\$ 1 bi da Vale após vazamento de mina em MG

A Vale disse na noite de domingo, 1, que o Ministério Público Federal pediu à Justiça a adoção de medidas liminares, incluindo o bloqueio patrimonial no valor de R\$ 1 bilhão, após o extravasamento ocorrido na madrugada de domingo passado, na mina de Fábrica em Ouro Preto, Minas Gerais. Conforme comunicado ao mercado, o MPF apresentou uma tutela cautelar antecedente sob argumento de prevenir o agravamento de supostos danos ambientais.

Autoridades do governo do estado de Minas Gerais informaram na quinta-feira que, além da água, os rejei-

tos da operação de mineração de minério de ferro da Vale em Fábrica atingiram o rio Maranhão. Os transbordamentos foram causados pelas fortes chuvas ocorridas no dia e na semana anteriores ao incidente, disseram as autoridades.

A mineradora disse que apresentará sua defesa dentro do prazo legal. Na sexta-feira, o governo de Minas Gerais ampliou para R\$ 3,3 milhões a multa contra a Vale por danos ambientais causados pelo extravasamento, um valor que já considera "reincidência da mineradora em situação semelhante" ocorrida em agosto de 2023, em Brumadinho.

IstoÉDinheiro



'Inhotim tem pautado um jeito de ser museu que muito interessa ao mundo', diz diretora-presidente



O Inhotim não é um museu convencional.

Também não é um Jardim Botânico convencional. Espalhado por 140 hectares em Brumadinho (MG), o "maior museu a céu aberto do mundo", como é conhecido, celebra 20 anos em 2026. O ano de efemeride já começou com uma indicação do periódico americano The New York Times como um dos 52 lugares para se conhecer em 2026, sendo o único destino brasileiro da lista.

"Acho que em Inhotim tem pautado um jeito de ser museu que muito interessa ao Brasil e ao mundo", diz Paula Azevedo, diretora-presidente da instituição e

que tem liderado a gestão dos últimos quatro anos. No período, Inhotim quase dobrou sua receita, passando de R\$ 53 milhões para R\$ 96 milhões ao ano, resultado, também de uma diversificação de fontes.

O destino, em meio à natureza e muito marcado por seu território – como lembra Paula – também celebra recorde de visitantes em 2025, de mais de 361 mil. Entre deles, conta a diretora, gestores de outros museus e instituições pelo mundo.

O momento de destaque de Inhotim é celebrado também por marcar uma 'reconstrução', após enfrentar da tragédia de 2019 em Brumadinho, em que o rom-

pimento de uma barragem da Vale cobriu a cidade de lama de rejeito de mineração e deixou 272 mortos, e do período pandêmico, em que o local ficou fechado por oito meses, que gerou um "impacto financeiro enorme".

Em entrevista à IstoÉ Dinheiro, Paula Azevedo fala sobre a governança de Inhotim e adianta sobre o lançamento do Fundo patrimonial previsto para abril, como parte de uma extensa e especial programação de aniversário prevista para este ano. "Esse modelo de gestão e de governança, ele é muito atual e pode ser usado e replicado por outras instituições".

IstoÉDinheiro